

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANA LAURA GARCIA
11511ECO041

AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS ENTRE 1998 E 2018

Uma análise sobre a *reprimarização*

UBERLÂNDIA/MG

2019

Ana Laura Garcia

11511ECO041

AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS ENTRE 1998 E 2018

Uma análise sobre a *reprimarização*

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Professor Dr. Clésio Lourenço Xavier

Uberlândia/MG

2019

Ana Laura Garcia

11511ECO041

As Exportações Brasileiras Entre 1998 E 2018

Uma Análise Sobre A *Reprimarização*

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

BANCA EXAMINADORA:

Uberlândia, julho de 2019

Prof. Dr. Clésio Lourenço Xavier

Prof. Dr. Carlos Alves do Nascimento

Prof. Dr. Clésio Marcelino de Jesus

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise da pauta exportadora brasileira durante o período 1998-2018 a fim de identificar se as mudanças ocorridas apontam para o fenômeno da *reprimarização*. Para isso, foram coletados dados em sites oficiais e uma análise descritiva de dados secundários foi realizada. Primeiramente foi feita uma revisão bibliográfica das teorias clássicas e neoclássicas do comércio internacional, em sequência foi apresentado o comportamento das exportações brasileiras no período de estudo. Por fim foi levado em consideração a influência dos preços das *commodities* na composição da pauta exportadora brasileira. Os resultados obtidos com a análise apontam que a crescente participação dos produtos básicos na estrutura exportadora brasileira pode estar ligada à alta dos preços mundiais das *commodities*, principalmente entre os anos 2001 e 2012.

Palavras-chave: Pauta exportadora; *Reprimarização*; *Commodities*.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação do Brasil nas Exportações Mundiais 1998-2017 (%)	19
Gráfico 2 – Balança Comercial Brasileira 1998 a 2018 (US\$ bilhões FOB)	20
Gráfico 3 – Saldo Comercial Brasileiro 1998-2018 (US\$ bilhões FOB)	21
Gráfico 4 – Valor das Exportações Brasileiras (US\$ bilhões FOB)	23
Gráfico 5 – Evolução das Exportações por Fator Agregado.....	26
Gráfico 6 – Índice Internacional de Preços das <i>Commodities</i> 1999-2018 (US\$)	29

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Exportação, Importação e Saldo da Balança Comercial do Brasil (1998-2018)	22
Tabela 2 – Média da Participação nas Exportações por Fator Agregado (1950-2018)	24

LISTA DE SIGLAS

COMTRADE	Banco de Dados Estatísticos de Comércio de Produtos das Nações Unidas
Divisão de Estatísticas das Nações Unidas	
FOB	<i>Free on Boar</i>
HO	Heckscher-Ohlin
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JK	Juscelino Kubitschek
MDIC	Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio
TVA	Teoria das Vantagens Absolutas
TVC	Teoria das Vantagens Comparativas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 REVISÃO DA LITERATURA SOBRE COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	12
1.1 A Teoria das Vantagens Absolutas.....	12
1.2 A Teoria das Vantagens Comparativas.....	13
1.3 O modelo Neoclássico de comercio internacional.....	14
2 UMA ANÁLISE DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NO PERÍODO 1998-2018...17	
2.1 A inserção do Brasil no comércio internacional.....	17
2.2 As exportações brasileiras e o saldo comercial no período 1998-2018.....	18
2.3 Exportações brasileiras por fator agregado.....	23
3 REPRIMARIZAÇÃO OU EFEITO DOS PREÇOS MUNDIAIS?.....27	
3.1 A influência dos preços das <i>commodities</i> nas exportações brasileiras.....	28
3.2 Mudanças na estrutura produtiva e a dependência por <i>commodities</i>	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....33	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....35	

INTRODUÇÃO

A monografia realiza um estudo da pauta exportadora brasileira nos últimos anos para entender se o termo *reprimarização*, decorrente da chamada *doença holandesa* se aplica ou não no caso brasileiro. Para isso será levado em consideração uma análise da especialização, dos saldos comerciais e das vantagens comparativas da economia brasileira no período 1998-2018.

A *Doença Holandesa* é uma falha de mercado estrutural que cria obstáculos à industrialização, foi identificada nos países baixos no ano de 1960 e pode ser definida como a crônica sobreapreciação da taxa de câmbio de um país causada pela exploração de recursos abundantes e baratos que favorece a exportação desses bens (BRESSER-PEREIRA, 2019).

É visível que ao longo dos últimos decênios do século XX houve um aumento da participação de grupos setoriais de Produtos Primários e de Manufaturas Baseadas em Recursos nas exportações do país. Dessa forma surge a necessidade de analisar quais os motivos para essas mudanças no padrão exportador e quais os impactos reais nas variáveis macroeconômicas brasileiras para entender as consequências geradas na dinâmica do mercado interno no período analisado.

Acredita-se que a forte demanda internacional de bens primários, apoiada pela mudança na pauta exportadora dos países asiáticos no início dos anos 2000, criaram uma possibilidade para a solução na crise na balança de pagamentos brasileira, temporariamente.

Para detalhar a proposta feita, será feito um levantamento dos fatores que influenciaram diretamente a escolha de um novo padrão de desenvolvimento que gerou ou não o processo de *reprimarização* da base produtiva do país, explorando a análise da contribuição dos diferentes setores ao saldo comercial brasileiro.

O trabalho também fará uma identificação de quais variáveis são relevantes para análise, criando um detalhamento de dados da Balança Comercial Brasileira ao longo dos anos estudados para, dessa forma, entender de que forma a economia primária passou a ser parte de maior importância na composição da pauta exportadora do país.

Ao longo de seu crescimento, o Brasil se posicionou no mercado como um país agroexportador, devido às características favoráveis ao desenvolvimento do agronegócio, como a extensão territorial, a boa qualidade da terra e fatores climáticos. Durante todo o período colonial a base da economia se assentou na exploração agrícola ou na exploração mineral, atividades altamente lucrativas graças ao uso da mão de obra escrava. Dado esse cenário, somente

a partir do século XX é possível observar traços restritos de industrialização no país, que foi freada pelo contexto internacional de alta dos preços da commodities e crise mundial de 2008.

A industrialização no país, inicialmente, se pautou no modelo cepalino de substituição de importações, que vigorou de 1930 a 1980 impulsionando a agroindustrialização. No entanto, a partir da década de 1990 foi observado um movimento em direção à abertura da economia o que acarretou em crescimento de setores mais tradicionais frente a outros.

Mesmo frente às tentativas de industrialização, nos últimos anos, o Brasil têm passado por um processo de mudança na composição produtiva de sua pauta exportadora a caminho de uma *reprimarização*. Com um ambiente favorável às exportações em virtude do aumento do comércio internacional e da demanda externa, e das bases históricas produtivas voltadas para o agronegócio (MEYER; PAULA, 2009), o Brasil expandiu a venda externa de produtos primários.

Nos últimos anos, o país tem aumentado sua participação nas exportações mundiais, sugerindo um estreitamento com os mercados internacionais. É possível ter um entendimento do cenário das exportações do país analisando dados históricos do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC por fator agregado. A participação dos produtos Básicos nas exportações totais do país que apresentou uma significativa queda dos anos 1980 para os 1990, representando cerca de 25% da participação total nas exportações brasileiras, retoma uma trajetória ascendente entre os anos 2000 e 2018, aumentando sua participação para aproximadamente 32%. (idem)

A participação dos produtos básicos nas exportações brasileiras está se tornando “motor do crescimento econômico”, papel que deveria ser da indústria (SILVA, 2014). Segundo o mesmo autor a especialização do Brasil na produção de bens primários gera, conseqüentemente o aumento da exportação desses produtos, e a redução da participação de bens manufaturados na pauta exportadora.

A exportação e importação de bens são fatores importantes para o crescimento econômico de um país, as exportações são somadas ao consumo, investimentos, gastos do governo e as importações são deduzidas na composição da demanda agregada do país. Quando há aumento de exportações significa que o mercado interno foi atendido sobrando produção para ser consumido pelos estrangeiros, elevando assim a renda nacional, o emprego e contribuindo para o ingresso de divisas estrangeiras. As importações apesar de diminuírem a renda nacional, pois estimulam o emprego e a renda em outros países, permitem o consumo doméstico de produtos não produzidos internamente, quer seja por falta de insumos ou tecnologia adequada.

Para isso, serão utilizados três capítulos, além desta introdução, para realizar uma análise descritiva com levantamento de dados secundários disponíveis em sites oficiais. No primeiro capítulo serão apresentadas as teorias de comércio internacional, comércio exterior e a abordagem sobre exportações, que auxiliam no entendimento dos objetivos do trabalho.

No segundo capítulo será feita uma revisão sobre o Brasil, o comércio internacional e o setor exportador brasileiro. Será apresentado o comportamento da balança comercial para a realização de um estudo por segmentos, nesse caso, os básicos (alimentos, matérias-primas minerais e combustíveis) segundo a metodologia de LALL (2000), analisando o comportamento deles em relação ao total exportado pelo país. Procura-se identificar se houve aumento no período estudado e se o país está agregando mais valor às exportações.

Nesse mesmo capítulo também será feita uma análise do comportamento recente da produção e exportação dos bens primários a fim de identificar se houve uma redução na participação de exportações de bens industriais e um aumento nos bens primários, caracterizando o fenômeno da *reprimarização* da pauta exportadora ou desindustrialização.

No terceiro capítulo por sua vez, será colocado em pauta a evolução dos preços dos produtos básicos e seus efeitos sobre o processo de industrialização e/ou *reprimarização* das exportações, ou seja, o retorno ao setor primário nos índices de exportação.

Portanto, o problema central do trabalho que aqui se introduz é o de verificar se houve ou não *reprimarização* das exportações brasileiras no período analisado, e o seu objetivo geral consiste em analisar a estrutura da pauta exportadora brasileira para detectar uma dependência ou na produção de commodities.

A metodologia adotada para o presente estudo é baseada em pesquisa realizada a nível descritivo, utilizando artigos científicos, dados oficiais fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio (MDIC), pelo Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada (IPEA), e também pelo Banco de Dados Estatísticos de Comércio de Produtos das Nações Unidas Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (COMTRADE). Os dados serão organizados de forma a possibilitar uma análise gráfica da evolução das exportações brasileiras por fator agregado.

1 REVISÃO DA LITERATURA SOBRE COMÉRCIO INTERNACIONAL

O comércio internacional é visto como a alternativa ideal para que os países aproveitem melhor seus fatores produtivos desde o início da ciência econômica (CASSANO, 2001). No Brasil esta atividade teve início ainda na época colonial e vem se desenvolvendo ao longo do tempo. Neste sentido o presente trabalho propõe o estudo da evolução das exportações brasileiras do período que vai de 1998 a 2018.

Segundo Soares (2004), operações de compra e venda internacionais são aquelas em que dois agentes econômicos sediados ou residentes em países diferentes negociam uma mercadoria que virá a sofrer uma operação de câmbio, ou seja, comércio exterior é caracterizado como a prática de trocas comerciais entre dois países. O comércio internacional integra e possibilita negociações entre países com legislações, diversidades culturais e moedas diferentes, portanto é um mecanismo de natureza multidisciplinar.

Em 1776, no livro *A Riqueza das Nações*, Adam Smith afirmou que as trocas entre países ocorrem porque beneficiam a todos, de modo que o comércio internacional entre os países se dá por serem diferentes uns dos outros e produzirem mercadorias distintas. Graças a isso é possível que cada nação comercialize aquilo que faz melhor, buscando auferir maiores lucros, o que foi teorizado como a Teoria das Vantagens Absolutas (TVA) que será detalhada em seguida.

Surgindo como crítica a TVA, a Teoria das Vantagens Comparativas (TVC) aponta como países que não possuem vantagens absolutas na produção de um determinado bem conseguem comercializá-lo com outros países. Por fim será apresentado o modelo neoclássico de comércio internacional.

1.1 A teoria das Vantagens Absolutas

A Teoria das Vantagens Absolutas surge em 1776 com a publicação do livro *A Riqueza das Nações*. A mesma afirma que se um país é capaz de produzir um bem com menos recursos do que outros países, poderá lucrar concentrando-se na produção desse bem e, exportando parte desse produto, poderia comprar um bem que um outro país possa produzir com menos recursos do que seriam necessários na sua produção interna. Portanto, o comércio externo se baseia em

diferenças absolutas de custo de produção, contando que cada país se especialize nos produtos que têm vantagens absolutas em termos de custos e produtividade

Segundo (SIQUEIRA; PINHA 2011) na visão de Smith para que duas nações comercializem entre si, de forma voluntária, ambas devem ganhar. Dessa forma, os preços seriam determinados de acordo com a quantidade de horas utilizadas para a produção do produto, contando que cada nação teria vantagem absoluta em uma mercadoria distinta, possibilitando assim, o comércio entre todas. O fato de o autor da teoria ter deixado de lado o custo do fator trabalho, da matéria-prima e do capital fez com que uma série de outros estudiosos criticassem suas postulações.

Portanto, para Smith, a especialização das produções, motivada pela divisão do trabalho na área internacional e as trocas efetuadas no comércio internacional contribuíram para o aumento do bem-estar das populações, uma vez que cada país se especializasse naquilo que pode produzir a um custo mais baixo e trocasse os excessos dessa produção por produtos que custem menos para outros países.

1.2 A teoria das Vantagens Comparativas

Em 1817, David Ricardo aprimora o conceito de Adam Smith a partir de uma crítica a seu modelo de vantagens absolutas, desenvolvendo a Teoria das Vantagens Comparativas. A análise ricardiana se baseou no princípio do livre comércio, criado por Smith, e no efeito positivo que exercia sobre a produtividade e a especialização dos países (BADO, 2004).

A Teoria das Vantagens Comparativas é mais abrangente que a de Smith, abandona a ideia dos custos absolutos, partindo para os custos comparativos, e incluem nos custos fatores como transporte e matéria-prima, sanando as fortes críticas ao modelo de vantagens absolutas.

De acordo com Ricardo, mesmo que um país fosse menos eficiente que outro na produção de um bem – desvantagem absoluta – ainda assim haveria possibilidade de ganhos com o comércio internacional, uma vez que cada país deveria se especializar na produção daquele bem que possui vantagem comparativa e não necessariamente absoluta.

Portanto, para a teoria abordada, o comércio internacional será vantajoso até mesmo quando uma nação não possa produzir internamente a custos mais baixos do que outra nação, desde que, em termos relativos, as produtividades de cada uma fossem diferentes. Dessa forma, a preocupação dos países deveria ser em produzir aqueles bens em que sua eficiência fosse

relativamente maior, considerando que a eficiência elevaria a produção e a renda nos países envolvidos em trocas.

O foco principal do modelo de Ricardo é apontar de maneira simples como as diferenças entre os países acarretam as trocas e ganhos no comércio internacional sendo, neste modelo, o trabalho, o único fator de produção que difere a produtividade entre as indústrias dos países.

Seguido de Ricardo, John Stuart Mill em 1859, formula a teoria da demanda recíproca. A teoria tem como base o que em determinado número de horas um país consegue produzir, e não mais a unidade de produto como abordavam modelos anteriores.

Portanto, na Teoria das Vantagens Absolutas, Adam Smith expõe as vantagens do comércio internacional quando um país produz um produto a custo mais baixo que os outros. Na Teoria das Vantagens Comparativas, David Ricardo, demonstra a possibilidade de haver comércio internacional, mesmo que um país não possa produzir a custo mais baixo que outros. Ricardo apresentou uma limitação muito séria por não estipular que as relações de valor entre dois bens eram determinadas pelas quantidades de trabalho incorporadas na produção de cada um deles (BADO, 2004). John Stuart Mill, com a Teoria da Demanda Recíproca equaciona esse problema.

As três teorias apresentadas foram aceitas por um longo período, no entanto, é preciso destacar teorias modernas sobre comércio internacional, que dão maior ênfase em fatores de produção como matéria-prima, investimentos, entre outros fatores além do trabalho. Dessa forma, serão analisados modelos que estabelecem relações de trocas entre as nações além dos determinados pela teoria do valor-trabalho, base fundamental das teorias clássicas.

1.3 O modelo neoclássico de comercio internacional

A teoria neoclássica surge em 1919 com a publicação do artigo “Os efeitos do Comércio Exterior sobre a distribuição da Renda” pelo economista Eli Heckscher. O artigo de Eli foi posteriormente utilizado por Bertil Ohlin na formulação, dos pressupostos da Teoria Neoclássica do Comercio Internacional.

Segundo Williamson (1998), o Teorema de Heckscher-Ohlin pode ser resumido como: cada nação exportará a *commodity* intensiva em seu fator abundante de produção e importará a *commodity* que exija a utilização do seu fator escasso e maior custo de produção.

As bases do Teorema de HO estão nos seguintes pressupostos: considerando duas nações e dois fatores de produção – capital e trabalho – e que a tecnologia está disponível no mundo, sendo a commodity x intensiva em mão-de-obra e a commodity y capital intensivo em ambas as nações, produzidas sob retornos constantes de escala, e com especialização incompleta. Cada país compartilha padrões de preferências idênticos e homotéticos, existe concorrência perfeita em ambas as nações e há mobilidade perfeita dos fatores de produção, contudo, existe ausência de mobilidade internacional dos fatores, ausência de custos, tarifas e obstáculos ao comércio; todos os recursos são plenamente ocupados em ambas as nações, e o comércio internacional, entre ambas as nações, encontra-se em equilíbrio.

KENEN (1998, p. 71) conclui que os pressupostos do Teorema de Heckscher-Ohlin se resumem na seguinte afirmativa: “o comércio baseia-se nas diferenças de abundância de fatores, reduzindo os efeitos principais dessas diferenças”.

A grande diferença entre a Teoria Clássica e a Neoclássica do Comércio Internacional é que, conforme Maia (2008, p. 403):

As teorias modernas consideram simultaneamente todos os fatores de produção (natureza, trabalho e capital), enquanto que as clássicas consideram apenas o trabalho. Abandonando-se a ideia de valor-trabalho, não se fala mais em custo do trabalho, mas em custo de oportunidade. Com o estudo das curvas de indiferença, de possibilidade de produção e do custo de oportunidade, podem-se quantificar melhor as condições de comércio internacional. São, portanto, mais abrangentes que as teorias clássicas.

Dito isso, é possível afirmar que os países tendem a exportar os bens produzidos com o emprego intensivo de fatores que eles possuem em abundância e importam aqueles que utilizam de forma intensiva os fatores de produção que lhes são raros. Os pressupostos formulados por Heckscher-Ohlin tiveram grande importância e ainda exercem influência sobre modelos de comércio internacional subsequentes, contudo, com a intensificação do processo de globalização, novos modelos e teorias do comércio internacional ainda surgem na tentativa de explicar as novas dotações do comércio internacional.

A teoria neoclássica sobre comércio internacional abandona a teoria do valor-trabalho e apresenta o custo outros fatores de produção – como capital e matéria-prima – como determinantes. Em se tratando de como se dá o comércio de produtos primários, o modelo de Heckscher e Ohlin, aponta que a estrutura de demanda é determinante do padrão de comércio dos países industrializados, enquanto que o principal determinante de demanda seria, portanto, o

nível de renda *per capita*, garantindo aos países com um nível de renda mais elevado tenham um padrão de consumo mais sofisticado.

Segundo Heckscher e Ohlin o custo comparativo-oportunidade é diferente em cada país, pelo fato de existirem diferenças de abundâncias de fatores de produção graças à diversidade de custos e preços dos fatores de produção que cada nação dispõe. Algumas nações são abundantes em recursos naturais (matéria-prima), enquanto outras em trabalho (mão de obra e capital).

É sabido que o comércio exterior é uma troca de fatores abundantes por fatores raros (SANDRONI, 1994). Portanto, segundo Maia (2008), o comércio exterior, através de importação e da exportação permite aos países de capitais abundantes, investir no exterior e exportar, principalmente através das multinacionais; aos países ricos em matéria-prima, exportar seus excedentes e importar o que lhes é raro; e por fim, todos os países, o comércio exterior permite trocar fatores abundantes, por fatores escassos, através da importação e exportação.

2 UMA ANÁLISE DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NO PERÍODO 1998-2018

Este capítulo busca analisar a participação do Brasil no comércio internacional através do comportamento de sua balança comercial. Para isso serão apresentados dados retirados de sites oficiais com números do período de 1998 a 2018.

2.1 A inserção do Brasil no comércio internacional

Devido ao êxito da empresa agrícola baseada na indústria açucareira escravocrata durante a formação econômica do Brasil (FURTADO, 1959), por muitos anos seguintes, mesmo após sua independência, o país manteve a herança deixada pela elite agrária que considerava a exportação como principal objetivo econômico do país, e a importação como a única fonte de produtos industriais. Até os anos 50 e fim dos 70 as exportações do país ainda foram marcadas pela participação majoritária de produtos agrícolas, quando, de acordo com Gonçalves (2011), o Brasil era considerado um país primário-exportador.

Contudo, os anos posteriores tiveram como fato marcante a expansão da exportação de produtos manufaturados pela indústria brasileira (BURLE, 1990). As políticas de promoção às exportações e os incentivos à venda externa de produtos com maior valor agregado favoreceram os bens manufaturados, alterando a pauta exportadora do país (VIEIRA, 1996). No mesmo período foi possível observar um desenvolvimento industrial pouco dinâmico que se fortaleceu e diversificou após dos anos 80 (CHIARINI E SILVA, 2016).

Somente a partir de 1957, durante o governo de Juscelino Kubitschek, foi implantada uma política protecionista com objetivo explícito de estimular a industrialização do país. Portanto, a partir de meados de 1950 o desenvolvimento industrial passou a ser promovido por política governamental. Depois do período de crescimento acelerado da industrialização brasileira com o governo JK, após a implantação política de substituição de importações, a crise do início da década de 1960 viria marcar novas alterações na política cambial fazendo com que, a partir de 1964, houvesse uma relativa liberalização da política comercial. A política cambial do período acarretava dois problemas que teriam de ser superados para o avanço da industrialização. O primeiro foi que a constante sobrevalorização da moeda brasileira desestimulava a exportação e o segundo problema se deu pelo atraso na substituição de importações de bens de capital e insumos básicos.

Segundo Vieira (1996), a forma como se deu a proteção à indústria no Brasil, corroborou para uma participação de produtos manufaturados na pauta exportadora brasileira abaixo de 5% do valor total, esse movimento se estende até o final dos anos 1970. Em 1980 o crescimento da participação dos manufaturados se sustenta pelo fortalecimento da indústria nacional e a alteração no perfil de agregação de valor. Foi a partir de 1990, após a posse de Collor de Mello, que tinha o neoliberalismo como inspiração para políticas públicas internas e externas (CERVO, 2002), que a liberalização da política comercial foi fortemente acelerada, criadas com medidas para aceleração do crescimento. Após seu impeachment, o governo Itamar deu continuidade à política de liberalização progressiva do comércio exterior, o que se tornou possível especialmente graças à queda da taxa de juros e a retomada do fluxo de capitais privados.

Todavia, com o Plano Real, implantado em 1994, foi possível observar uma retomada da valorização da moeda nacional, graças às alterações na política comercial, o que acelerou as importações e inibiu as exportações. Enquanto, mais uma vez, a proteção à indústria doméstica foi reduzida.

2.2 As exportações brasileiras e o saldo comercial no período 1998-2018

Historicamente o Brasil é tido como um país agroexportador (VIEIRA, 1996). Quando o país ainda era colônia, exportava pau-brasil, borracha e cana de açúcar. Durante o Império, ganharam importância o café, o algodão e a carne. Somente na segunda metade do século XX é que as vendas de produtos industriais nacionais ganharam importância relativa.

O Brasil é um país abundante em mão de obra e extensão de terras, tendo jazidas de minérios, reversa de petróleo, etc. A utilização desses fatores nos quais o Brasil tem vantagens em relação aos demais e o crescimento dos setores que utilizam esses fatores era uma necessidade para a manutenção do Brasil no comércio internacional. Tal fato levaria a uma redução na participação das exportações de bens industriais e a um aumento nas de bens primários.

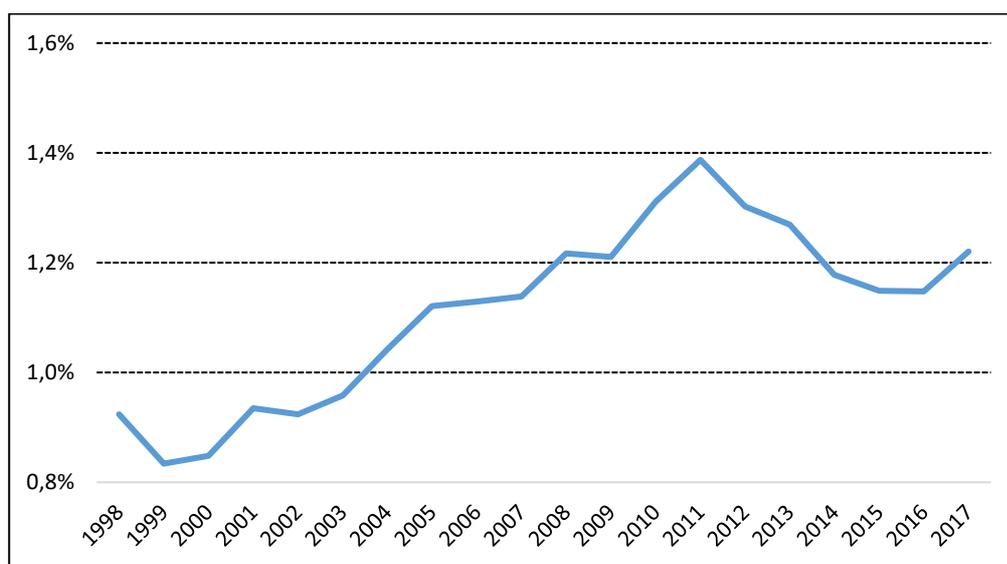
No entanto, segundo Delgado (2010), esse movimento de inserção do país no mercado internacional a partir da exportação acentuada de primários e redução de manufaturados, traz ao país o problema da dependência de fatores externos.

O gráfico 1 ilustra a participação do Brasil nas exportações totais no mundo. A atuação do Brasil no comércio exterior aumentou entre 1998 e 2016, embora tenha sido a taxas pequenas e oscilantes. Todavia, o desempenho do país ainda se mostra tímido, visto que a participação média do país nas exportações mundiais no período analisado é de 1,12%, um valor ainda insatisfatório.

Enquanto em 1998 o Brasil representava apenas 0,9% do total exportado mundialmente, no ano de 2017 essa participação pula para 1,2%, uma variação de aproximadamente 30%.

O pico da sua atuação no comércio internacional foi em 2011, quando as exportações brasileiras representaram 1,43% do total exportado mundialmente, considerando que foi um ano positivo para as exportações do país.

Gráfico 1 – Participação do Brasil nas Exportações Mundiais 1998-2017 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do WDI (2019)

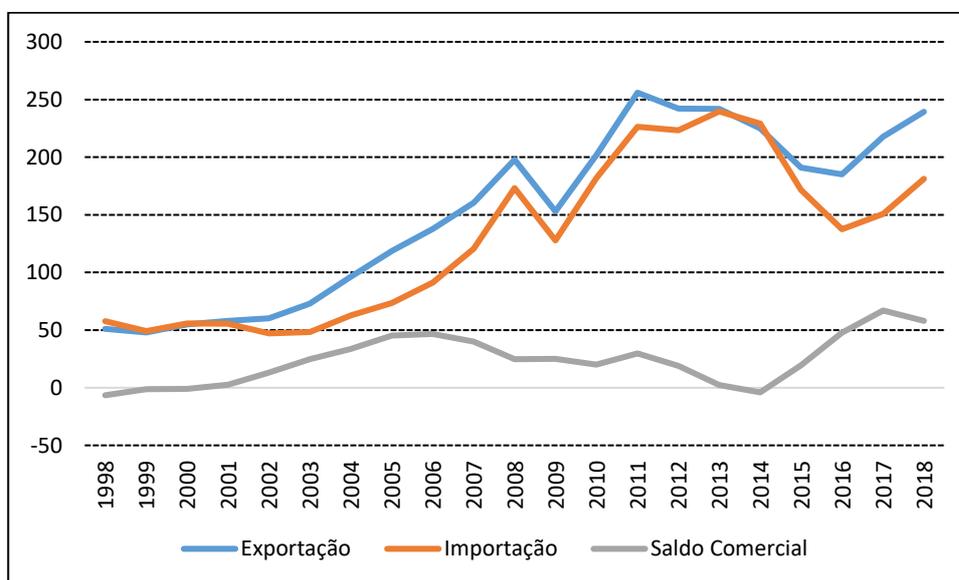
O país, no entanto, tem visto a sua participação no mercado internacional declinar, resultado de sucessíveis quedas no total de suas vendas externas. Gonçalves (2011) explica que “o processo de regressão da competitividade internacional do Brasil está associado à perda de competitividade internacional da indústria brasileira, bem como a uma mudança desfavorável no padrão de comércio brasileiro no sentido da reprimarização das exportações” (p. 15).

A balança comercial se refere ao conjunto de tudo que é importado e exportado por um país. Quando o total das exportações é superior ao total das importações o saldo é positivo, portanto, há um superávit comercial. Quando as importações superam as exportações o saldo é negativo, ocorrendo um déficit comercial. Concluindo, a balança comercial favorável ou desfavorável indicará a diferença entre as importações e exportações de uma nação.

O comércio exterior brasileiro, que compreende as exportações e importações, tem sofrido perdas significantes, principalmente após 2011. No gráfico 2 é possível visualizar essa

informação sintetizada. Entre 1998 e 2008, ambas operações do comércio exterior do país aumentaram, evidenciando uma variação média de 8,6% nas compras externas e 12,3% nas vendas externas. Porém, verifica-se um déficit na balança comercial do país entre 1998 e 2000, momento que o país passou por mudanças em seu regime cambial. Para Kannebley Júnior (2002), essa mudança no regime cambial do Brasil, em meados de 1999, tinha como objetivo reduzir os saldos deficitários da balança, ou seja, reduzir as importações e aumentar os valores exportados pelo país. Este resultado, no entanto, só pôde ser percebido em 2001, quando a balança, enfim, apresentou superávit.

Gráfico 2 – Balança Comercial Brasileira 1998-2018 (US\$ bilhões FOB)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC (2019)

No período pós-crise de 2008, enquanto, naquele ano, as exportações do país eram de US\$ 197 bilhões, em 2009, esse valor caiu para US\$ 152 bilhões, uma variação negativa de 22%. O mesmo vale para as importações, de US\$ 172 bilhões em 2008 para US\$ 127 bilhões em 2009, representando uma queda de 26%. Embora estas quedas tenham sido expressivas, o saldo da balança comercial do país não chegou a ficar deficitário. Pelo contrário, o país obteve um saldo positivo de US\$ 25 bilhões em 2009, um valor maior que em 2008, quando se registrou um saldo de US\$ 24 bilhões. Para Faveri, Resende e Cário (2016), mesmo que o real estivesse desvalorizado frente ao dólar entre 2000 e 2008, o saldo da balança comercial do país foi superavitário em virtude da ligeira recuperação da economia mundial a partir dos anos 90, em especial, pelo crescimento econômico dos Estados Unidos da América e dos países membros da

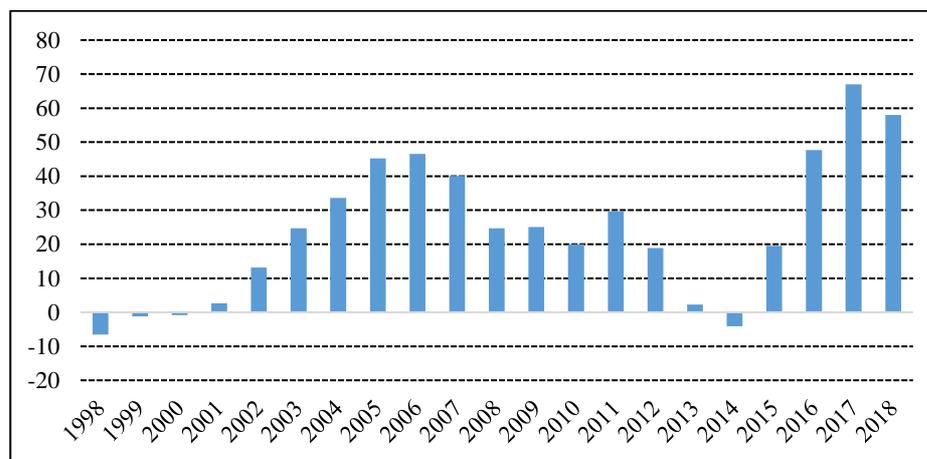
União Europeia.

É possível verificar que o Brasil conseguiu alavancar os valores de sua balança comercial após 2008, chegando a exportar, em 2011, US\$ 256 bilhões e importar US\$ 226 bilhões no mesmo ano, valores recordes para o período entre 1998 e 2018, perfazendo um saldo de mais de US\$ 29 bilhões. Todavia, em 2014 o país passou a importar mais do que exportar, gerando, portanto, um saldo deficitário de mais de US\$ 4 bilhões.

É possível verificar essa queda no ano de 2014. Enquanto o Brasil exportava US\$ 225 bilhões no ano em questão, o período posterior revelou valores na ordem de US\$ 191 bilhões, uma queda não desprezível de 15%, índices próximos aos identificados no período pós-crise. Os valores são mais significantes ao analisar o total das compras externas realizadas pelo país, de US\$ 229 bilhões em 2014 para US\$ 171 bilhões em 2015, uma variação negativa de 25%, faltando pouco para se igualar à queda ocorrida no ano de 2009.

Abaixo, um recorte da variação do saldo comercial brasileiro.

Gráfico 3 – Saldo comercial brasileiro 1998-2018 (US\$ bilhões FOB)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC (2019)

Na tabela 1 podemos observar a evolução das exportações e importações dos anos 1998 a 2018, comprovando que as exportações em vários períodos crescem em um ritmo mais acelerado que as importações.

Tabela 1 – Exportação, Importação e Saldo da Balança Comercial do Brasil (1998-2018)

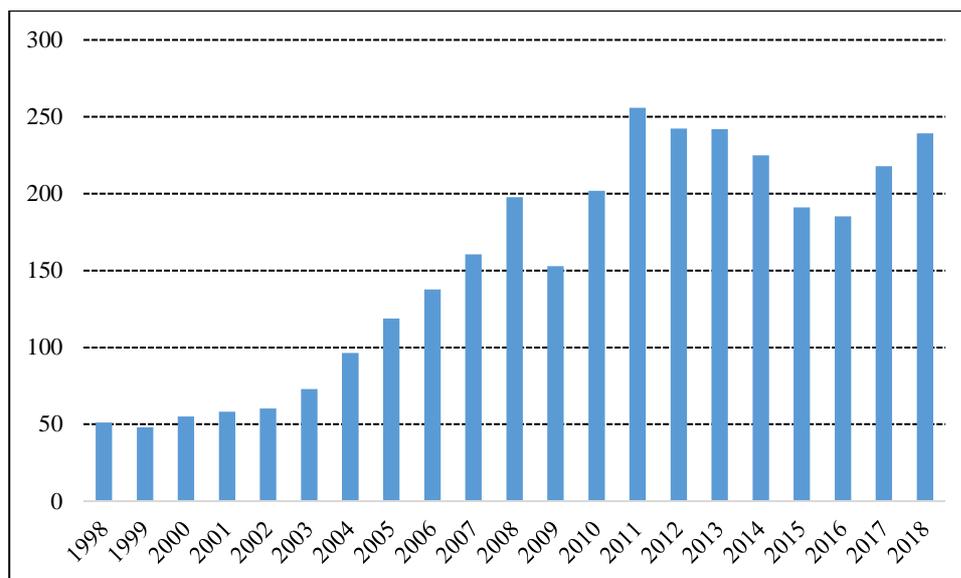
ANO	EXP US\$ FOB	IMP US\$ FOB	SALDO US\$ FOB
1998	51.076.603.549	57.596.907.511	-6.520.303.962
1999	47.945.909.310	49.181.644.327	-1.235.735.017
2000	55.018.346.483	55.891.118.709	-872.772.226
2001	58.128.223.219	55.444.566.162	2.683.657.057
2002	60.290.491.129	47.140.165.638	13.150.325.491
2003	72.975.027.454	48.269.929.600	24.705.097.854
2004	96.332.184.410	62.744.505.513	33.587.678.897
2005	118.692.856.544	73.468.391.463	45.224.465.081
2006	137.708.096.759	91.192.855.350	46.515.241.409
2007	160.521.882.755	120.475.382.973	40.046.499.782
2008	197.778.858.085	173.118.588.785	24.660.269.300
2009	152.910.580.383	127.812.153.899	25.098.426.484
2010	201.788.337.035	181.774.969.378	20.013.367.657
2011	255.936.306.857	226.244.222.128	29.692.084.729
2012	242.277.307.190	223.366.721.023	18.910.586.167
2013	241.967.561.759	239.681.231.635	2.286.330.124
2014	224.974.401.228	229.127.843.314	-4.153.442.086
2015	190.971.087.339	171.458.999.759	19.512.087.580
2016	185.232.116.301	137.585.830.976	47.646.285.325
2017	217.739.218.466	150.749.494.421	66.989.724.045
2018	239.263.992.681	181.230.568.862	58.033.423.819

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do MDIC (2019)

Entre 2001 e 2011 observa-se elevação constante no valor exportado brasileiro. Entre 1999 e 2009 o crescimento absoluto é acima de US\$ 100 bilhões, quando se triplica o total exportado. Na década de 2000, o valor em dólar das exportações foi crescente, tendo decrescido apenas no ano de 2009 em razão da crise financeira mundial.

Abaixo segue um recorte das exportações brasileiras para melhor visualização do dado apontado.

Gráfico 4 – Valor das exportações brasileiras (US\$ bilhões FOB)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC (2019)

2.3 Exportações brasileiras por fator agregado

Nesse ponto será realizada uma análise que permite distinguir alguns importantes elementos da trajetória macroeconômica brasileira das últimas décadas, mapeando as exportações brasileiras por fator agregado.

Para desagregar os fatores de exportação da economia brasileira será utilizada a definição de LALL (2000), que considera:

- Produtos básicos correspondem aos produtos de baixo valor agregado, normalmente intensivos em recursos naturais e mão de obra, cuja cadeia produtiva é simples e sofre poucas transformações (ex.: minério de ferro, grãos, agricultura, petróleo, etc.).
- Os semimanufaturados envolvem os produtos que passaram por alguma transformação (ex.: suco de laranja congelado, couro, etc.).
- Os manufaturados compreendem os produtos de maior tecnologia, com alto valor agregado (ex.: televisão, computador, etc.).

Neste sentido, a Tabela 2 apresenta os dados referentes à participação média das exportações brasileiras, segundo fator agregado, durante os anos de 1950 e 2018, e mostra que, enquanto as exportações de produtos básicos dominavam a pauta exportadora entre 1950 e 1979, foi na década de 80 que a venda de manufaturados passou a ter uma larga participação nas exportações brasileiras. Tem-se, portanto, que as décadas de 80 e 90 foram marcadas pelo aumento de produtos manufaturados e semimanufaturados e pela queda dos produtos básicos na

pauta exportadora brasileira (BASTOS; GOMES, 2011). Resultando, então, a partir da metade dos anos 80, numa “significativa mudança na evolução da estrutura produtiva brasileira” (NASSIF, 2008, p. 83).

Tabela 1 – Média da participação nas exportações brasileiras por fator agregado 1950-2018 (%)

Período	Básicos	Semimanufaturados	Manufaturados
1950-1959	90,52	8,41	1,07
1960-1969	81,87	10,64	7,19
1970-1979	59,84	9,85	28,05
1980-1989	34,46	11,2	53,21
1990-1999	25,57	16,33	56,62
2000-2009	25,52	9,78	63,44
2010-2018	32,3	9,39	57,53

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDIC (2019).

A fim de tonar a economia brasileira mais competitiva, nos anos 80 foram adotadas medidas político-econômicas para promover a liberalização comercial do país. No entanto, após esse período a indústria brasileira perdeu dinamismo frente ao comércio internacional, sofrendo, também, mudanças significativas na matriz industrial do país. Para Nassif (2008), a partir do processo de liberalização comercial, a indústria de transformação do país passou a desvalorizar-se significativamente frente ao comércio mundial. Neste sentido, a partir de 1990, a competitividade da indústria brasileira nas exportações diminuiu como uma consequência do barateamento das importações, que foi impulsionado pela abertura comercial e pela valorização da taxa de câmbio no país.

Para Gonçalves (2001) essa perda também é resultado de condições não favoráveis de oferta de produtos industriais brasileiros no contexto internacional, uma vez que a rentabilidade das exportações depende de fatores como o investimento e câmbio, que esteve apreciado entre 1994 e 1998. O autor constata que a regressão da inserção do Brasil no comércio internacional é tida como reflexo da perda de mercado dos produtos manufaturados brasileiros e da reprimarização de sua pauta exportadora.

A industrialização da economia brasileira no século XX era observada como uma variável de suma importância para o crescimento do país, uma vez que, de acordo com Cunha et al. (2012), não se acreditava que era possível sustentar, em questão de crescimento da economia brasileira,

o perfil primário-exportador adotado durante muitos anos pelo Brasil. Portanto, para os autores, a especialização de uma produção baseada em recursos naturais não seria capaz de gerar renda e emprego para o país.

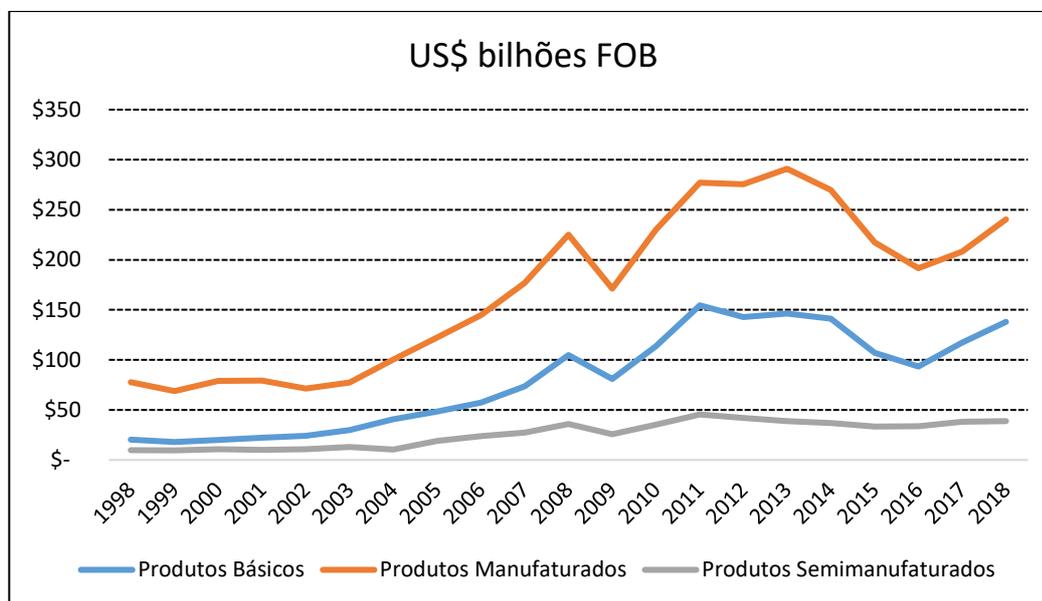
Como apontado por Carvalho e Carvalho (2011), a industrialização “é condição necessária, mas não suficiente para que uma economia subdesenvolvida alcance o padrão de desenvolvimento das economias desenvolvidas” (p. 41). Ou seja, para o país se desenvolver, é preciso, primeiramente, amadurecer a sua cadeia produtiva industrial para, então, obter ganhos internacionais por meio da exportação de produtos. Sonaglio (2011) aponta a importância do setor industrial no processo de desenvolvimento no sentido de que este é defendido como um importante agente de difusão tecnológica, e responsável por gerar economias externas e efeitos de encadeamento sobre os demais setores da economia. Alterações na pauta de exportações – no sentido de minimizar a participação deste setor – trarão efeitos negativos sobre a dinâmica econômica e, conseqüentemente, sobre o desenvolvimento (SONAGLIO, 2011, p. 62).

A entrada de divisas provenientes de produtos intensivos em recursos naturais, por sua vez, resulta na expansão da importação de bens industrializados, antes produzidos internamente, causando uma apreciação cambial, que torna as exportações mais caras e reduz o investimento nos setores intensivos em tecnologia (VERÍSSIMO; XAVIER, 2013). Assim, a valorização cambial encarece os bens industrializados produzidos no país. Neste contexto, o país gera divisas apenas por meio da exportação de produtos primários e não de produtos mais competitivos e com maior valor agregado (CARVALHO; CARVALHO, 2011). Os setores industriais veem sua competitividade ser reduzida frente ao mercado doméstico e ao comércio internacional (SILVA, 2014).

Seria esse processo fruto de uma *reprimarização*? Ou trata-se de um aumento nos preços dos produtos primários no mercado mundial?

A fim de identificar se o Brasil vem passando por um processo de reprimarização em sua pauta exportadora, o Gráfico 5 demonstra os valores das exportações brasileiras segundo fator agregado entre 1998 e 2018. A primeira constatação observada é que, entre 1999 e 2018, as exportações de produtos manufaturados representavam um valor médio anual de US\$ 47 bilhões do total exportado pelo país, enquanto as exportações de produtos básicos tiveram uma média de apenas US\$ 26 bilhões anuais. Isso é resultado da intensa ampliação de produtos manufaturados a partir de 1980, quando os mesmos expandiram sua participação nas exportações brasileiras enquanto a de produtos básicos retraíram, é possível observar que entre os anos 80 e 90, houve uma reestruturação da pauta exportadora do país no sentido de expansão de bens manufaturados.

Gráfico 5 – Evolução das exportações por fator agregado 1998-2018 (US\$ bilhões FOB)



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do Comtrade

Muito se discute sobre o Brasil estar passando por um processo de *reprimarização* da sua pauta exportadora, o que se apresenta como o oposto do objetivo que vigorava na década de 1970, de ampliar a participação de produtos manufaturados. Todavia, essa evolução das exportações brasileiras de produtos primários pode ser atribuído à valorização internacional e a alta de preços de alguns produtos básicos, o que será discutido mais a fundo no próximo capítulo.

3 REPRIMARIZAÇÃO OU EFEITO DOS PREÇOS MUNDIAIS?

Alguns estudos destacam que as características estruturais de economias concentradas nos setores primários, em meio a um contexto de elevação dos preços dos chamados produtos básicos e de apreciação cambial, podem resultar em um processo de especialização das exportações em produtos intensivos em recursos naturais. Este fato pode implicar em prejuízo para os setores produtores de bens manufaturados.

A possível *reprimarização* pode ser vista por dois aspectos. O primeiro reflete a perda de competitividade internacional dos produtos manufaturados e o ganho dos produtos agrícolas exportados pelo Brasil. O segundo expressa a mudança da estrutura de exportações com a maior participação relativa dos produtos agrícolas e a menor participação dos manufaturados.

Há muitas discussões acerca de o Brasil estar se *reprimarizando*. Segundo o economista Gonçalves (2010): “Há nítido processo de *reprimarização* da economia brasileira com o avanço da agropecuária e da mineração em detrimento da indústria de transformação”. Já Gonçalves (2011), confirma que na economia brasileira como um todo, há crescimento das exportações de todos os perfis de agregação de valor no período 1992 a 2012. Os produtos com transformação industrial, de bens semimanufaturados e manufaturados, também mostram exportações crescentes ao longo do período, mas em ritmo mais lento e/ou estável, entre altos e baixos, porém, configura crescimento das vendas externas industriais, o que de fato descaracteriza a ocorrência de eventual processo de desindustrialização.

Ainda segundo Gonçalves (2011), o aumento das exportações de produtos básicos é tanto absoluto quanto proporcional, gerando o que se pode denominar *reprimarização* das exportações brasileiras. Desde logo, na agricultura essa *reprimarização* atende num primeiro momento à desvalorização da moeda nacional posterior à mudança do regime cambial de câmbio fixo para flutuante executada em janeiro de 1999, em um segundo momento, quando a moeda nacional se valoriza. Em linhas gerais, os maiores preços internacionais de commodities ao compensar a valorização cambial, em especial derivados da demanda chinesa e demais países emergentes, estimularam as exportações de produtos básicos, sendo que os produtos com transformação industrial, independente do setor da economia, são mais sensíveis à valorização cambial, crescendo menos em termos de exportação.

Assim, fazer a análise dos preços das *commodities* é fundamental para se entender o avanço de economias que têm sua pauta de exportação concentrada neste grupo. A análise da hipótese da *reprimarização* para o Brasil deve ser relacionada à discussão sobre o comportamento dos preços internacionais das *commodities*, em que o melhor desempenho exportador do país em produtos primários está vinculado ao movimento de alta de preços destes bens, acarretando um efeito direto de aumento do valor exportado.

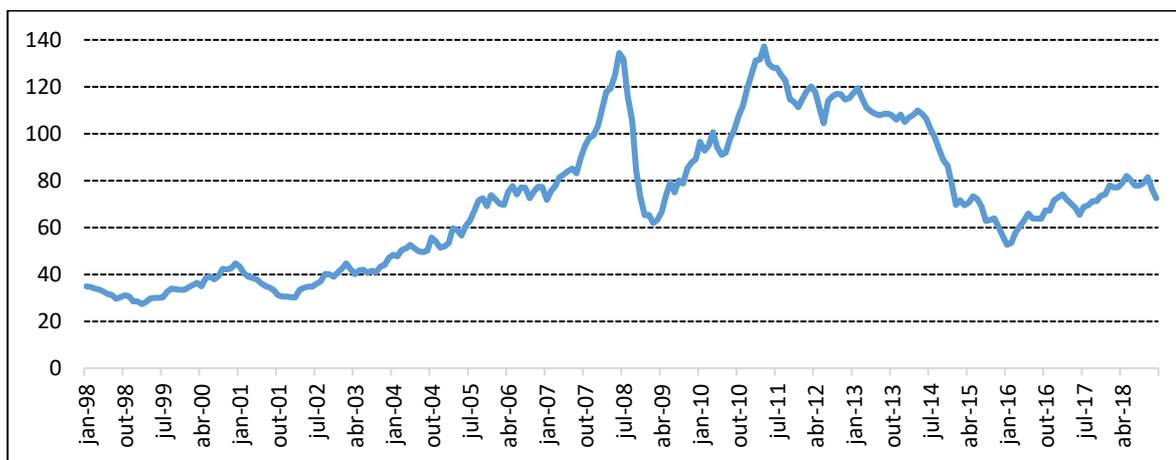
Sendo assim, os preços mais altos das *commodities* estariam estimulando uma especialização da pauta exportadora na direção destes produtos, elevando a receita de exportações desses vez por volume e implicando a manutenção da taxa de câmbio real corrente em níveis inferiores aos que tornariam competitivas as exportações de bens manufaturados intensivos em tecnologia, o que poderia conduzir a uma menor participação da indústria no total exportado pelo país (BRESSER-PEREIRA, 2019).

3.1 A influência dos preços das *commodities* nas exportações brasileiras (1998-2018)

A tendência de alta nos preços internacionais das *commodities* agropecuárias iniciou-se em meados de 2001. A evolução dos preços ao longo da década foi influenciada pela aceleração da atividade econômica em importantes economias do mundo, com ênfase no impacto do crescimento da renda nos mercados emergentes, sobretudo nos asiáticos, onde o aumento da demanda por produtos primários evidenciou o modelo de crescimento intensivo em *commodities* básicas. Vale ressaltar, no entanto, que movimentos pontuais exercem impacto relevante sobre a demanda e a oferta das *commodities* básicas, condicionando a trajetória desses preços no curto prazo.

No gráfico 6 se observa a evolução, nos últimos 20 anos, do Índice Internacional de Preços das *Commodities*.

Gráfico 6 – Índice internacional de preços das commodities: geral 1998 a 2018 (US\$)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IndexMundi.

Nota-se que entre 1998 e 2001 os preços agrícolas se mantiveram relativamente estáveis. A partir de 2001 os mesmos iniciaram um processo de elevação quase constante, com apenas um recuo em 2008 em função do início da crise econômica mundial. Todavia, em seguida os mesmos retomaram sua tendência de alta, fechando o período entre 2001 e 2012 com um aumento em torno de 200%.

Mesmo com a valorização do real frente ao dólar em boa parte do período compreendido entre 2001 e 2012 as exportações brasileiras de produtos básicos aumentaram. Todavia, esse aumento acompanha a alta internacional dos preços das commodities.

O crescimento da economia mundial nas duas últimas décadas e a entrada de grandes novos consumidores vindos dos países emergentes aumentou a demanda internacional, principalmente chinesa, exercendo pressão sobre os preços de commodities internacionais.

Essa alta de preços internacionais de commodities manteve a balança comercial brasileira equilibrada e evitou uma evasão de divisas. Por outro lado, a internacionalização dos preços e as pressões inflacionárias em alguns setores da economia, dificultam as exportações de produtos industrializados e manufaturados mais sensíveis às variações do câmbio.

Segundo Prates *et al.* (2012) o traço marcante nas altas de preços é a financeirização dos mercados de commodities que passaram a se comportar como mercados de ativos financeiros por excelência. A valorização das commodities contribuiu de certa forma para a alta da inflação,

porém, ela contribuiu para uma balança comercial favorável e positiva, atraindo então o investimento estrangeiro e, conseqüentemente, colaborando para a criação de empregos no país.

3.2 Mudanças na estrutura produtiva e a dependência por commodities

O Brasil ainda não foi capaz de eliminar sua dependência de saldos comerciais gerados por *commodities* e as transações nos últimos 20 anos, apoiada pela alta dos preços mundiais nos últimos 12 anos, teriam conduzido a uma *reprimarização* da pauta exportadora e a um aprofundamento da referida dependência. Sua superação exige a compreensão do sentido dessa dependência estrutural.

Pode-se afirmar que a pauta exportadora brasileira permanece concentrada em produtos básicos, ao passo que as importações se concentram em produtos com alta e média intensidade tecnológica. O saldo comercial por conteúdo tecnológico na última década tem sido deficitário com relação aos produtos manufaturados e superavitário para os produtos básicos.

Uma economia que se industrializa com base no capital estrangeiro e se integra aos mercados internacionais tem a necessidade de gerar divisas para assegurar a realização dos ganhos desse capital. A dependência de *commodities* aqui tratada passa a ser um processo estrutural e não apenas um fenômeno conjuntural.

Questiona-se, portanto, se o agronegócio, as commodities básicas e produtos intensivos em trabalho serão suficientes para sustentar os impactos de um crescimento da economia, seja sobre o volume de importações, seja sobre a conta corrente e o balanço de pagamentos.

O país, por um lado, elevou sua histórica dependência de importações de bens de alto teor tecnológico e, por outro lado, aumentou a tendência de repatriação dos ganhos de capitais das empresas estrangeiras.

A dependência estrutural causada por uma pauta exportadora baseada em produtos básicos, intensivos em trabalho e recursos naturais; uma pauta importadora concentrada em produtos com alto teor tecnológico; o crescente déficit em transações correntes; geram incerteza em relação ao futuro do crescimento econômico do país numa perspectiva de longo prazo.

Nesse contexto, a inversão de posições relativas de básicos e manufaturados nas exportações brasileiras, particularmente a partir dos anos 2000, chama a atenção e leva a um debate em torno de suas causas e conseqüências.

Sem querer esgotar o assunto e sim levantar algumas ideias a respeito, deve-se considerar, primeiramente, a hipótese de que a perda de peso dos manufaturados, nos últimos anos, poderia ter resultado exclusivamente no bom comportamento das exportações de produtos básicos, em consequência da forte elevação dos preços das commodities no mercado internacional. Em suma, pode-se considerar que a alta dos preços foi o principal responsável pelo aumento do valor exportado. Isso poderia ser a causa de uma *reprimarização* brasileira, ou seja, a maior participação dos produtos básicos na balança comercial brasileira, em valores, se explicaria pelo aumento de seus preços internacionais e não exatamente pelas quantidades exportadas.

Importante ainda é notar que existe uma relação direta entre preços e quantidades das exportações destes produtos, ou seja, o aumento da demanda internacional por commodities eleva os preços destes bens no mercado internacional.

Entretanto, a dependência de commodities nas exportações brasileiras não é recente, e ela é ocasionada pela necessidade de geração de saldos comerciais positivos a fim de equilibrar as contas nacionais, mesmo que isso venha a acarretar problemas de ordem estrutural. Com a crescente necessidade de geração de maiores superávits comerciais, que financiem as importações de bens de capital e intermediários, necessários para a produção interna, se aprofundou a dependência para com estas exportações, o que de fato se observa nessa última década.

Assim, as exportações de commodities e demais produtos básicos com baixo valor agregado têm sido suficientes particularmente para sustentar o nível de necessidades de importações. Para ampliar esse nível seria necessário aumentar as exportações de manufaturados e produtos com maior intensidade tecnológica. Mas tal estratégia encontra problemas, tais como: insuficiência das políticas industriais e tecnológicas; dificuldades de acesso a financiamento para investimento; estratégias das empresas transnacionais que preferem importar tecnologias ao invés de gerá-las, competindo assim, no mercado interno com a produção nacional etc.

Conforme Schaefer (2011), secretário-executivo adjunto do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC):

(...) Temos observado que, desde dezembro de 2010, o crescimento das exportações tem sido maiores que o das importações. A situação vem se sustentando nos últimos meses, mas é difícil dizer como isso vai proceder no futuro.

Dito isso, o aumento da participação dos produtos básicos na pauta de exportações em função dos aumentos de preços tem preocupado o governo. Afinal, isso tende a gerar um efeito negativo na economia brasileira, que dependerá continuamente de preços elevados de commodities para um bom resultado no saldo do comércio exterior, fato que não deverá ocorrer.

Obviamente, a nossa meta e o nosso desejo é que a gente continue o processo de diversificação da pauta. Agora não dá para dizer que é ruim que a gente tenha um desempenho superior nas vendas de básicos. Estaríamos muito mais preocupados se os industrializados não estivessem aumentando as vendas (SCHAEFER, 2011).

Entretanto, é sabido que os países que têm sua economia especializada nas exportações de bens intensivos em recursos naturais, com baixo valor agregado, obtêm, com o tempo, menores taxas de crescimento, pois deixam de agregar valor ao produto, o que gera menor lucratividade, emprego e especialização. Tal realidade, se aprofundada pode levar a *reprimarização* no longo prazo.

Atualmente, no Brasil, os números da balança comercial mostram que, apesar da perda de participação da indústria de transformação no PIB, as mudanças ocorridas de 1990 até hoje são pouco conclusivas para se qualificar que esteja havendo uma *reprimarização* do país, já que não se verificou uma realocação generalizada de recursos produtivos para os setores baseados em recursos naturais. Além disso, o aumento da participação dos produtos básicos na pauta exportadora nacional está muito relacionado ao aumento de seus preços internacionais. Pode-se especular que tal realidade suplanta uma possível perda de eficiência industrial.

Isso não impede de alertar que o risco de *reprimarização* existe e, para muitos autores citados anteriormente, a mesma até já seria uma realidade brasileira. Reforça esse raciocínio o fato de que o Brasil tem pouca diversidade industrial. Sendo assim, para se evitar definitivamente um processo de *reprimarização* no longo prazo, é preciso desenvolver a indústria de exportação voltada para áreas onde se possa atuar com papel complementar. Além de fazer investimentos na infraestrutura que permitam baratear os custos de exportação e aumentar a competitividade. Outro ponto é a intensificação de políticas voltadas para a ciência e tecnologia que possam ampliar a especialização da indústria brasileira, fazendo com que se tenham áreas de ponta que aumentem o valor agregado das exportações nacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar as mudanças ocorridas nas exportações brasileiras, entre os anos de 1998 e 2018, buscando verificar se, no contexto de sua evolução, não estaria havendo uma *reprimarização* da pauta exportadora levando em consideração a análise dos padrões produtivos como apontado pela Teoria das Vantagens Comparativas.

Ao observar a crescente evolução nota-se um crescimento significativo na produção e exportação de bens primários, com baixo valor agregado e uma redução na participação de bens manufaturados. A análise empreendida neste trabalho revelou que, desde 2001, a balança comercial brasileira foi favorecida pelo bom desempenho das *commodities*, sendo que a participação destas no conjunto das exportações brasileiras vem aumentando desde então. Em 2001, 26,4% do total exportado pelo Brasil eram produtos básicos. Em 2011, tal participação alcançou 47,8%.

Verificou-se que tal comportamento está ligada ao aumento dos preços internacionais dos produtos básicos no período, uma vez que foi possível visualizar uma relação entre o volume exportado e as mudanças no índice analisado principalmente de 2001 a 2007. O gráfico proposto para análise dos preços internacionais de *commodities* aponta uma tendência de queda nos últimos anos de análise, no entanto, os preços continuam superiores quando comparados ao início do período.

Portanto, mesmo sendo muito pertinente a discussão da *reprimarização* da pauta de exportações brasileiras, os resultados obtidos neste trabalho não são conclusivos no sentido de confirmá-la. Não sendo possível identificar se houve realmente uma inversão na estrutura exportadora nacional ou se a crescente participação dos produtos básicos se deve exclusivamente aos altos preços mundiais desde 2001. Para uma análise mais rigorosa neste sentido, necessário se faz um estudo mais amplo.

Por outro lado, aparentemente não há relação negativa entre os preços de commodities e as exportações de bens manufaturados no período, ou seja, um aumento nos preços das commodities não teria afetado as exportações e os preços de bens manufaturados. Pelo contrário, o valor dos bens manufaturados também cresceu no período estudado. Porém, a elevação dos preços dos produtos básicos foi significativamente maior, o que, conseqüentemente, pode explicar a maior percentagem destes no total exportado, em relação aos manufaturados.

Por fim, a investigação feita aponta que o Brasil intensificou gradativamente as exportações de produtos primários entre 1998 e 2018. É possível ligar esse fator ao *boom* dos preços internacionais de *commodities* e ao aumento acentuado da demanda desses produtos pela China, reafirmando o que foi detalhado anteriormente. No entanto, o fato de Brasil apresentar uma dependência do desempenho das exportações pode trazer fragilidades e graves consequências ao país em caso de desestabilidades no cenário internacional.

Portanto, de acordo com o presente trabalho analisando todas as evidências apontadas, não é possível afirmar que esteja havendo uma *reprimarização* da pauta exportadora brasileira, apesar de inúmeros estudos que comprovem essa proposição.

REFERÊNCIAS

BURLE, Lauro Lobo. Preços externos e exportações de manufaturado: um estudo dos principais produtos. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 32, n 62, p. 155-176, set. 2014.

BADO, A. R. L. ; CUNHA, R. T. ; BORGES, K. C. M. ; GALL, N. ; GIAMBIAGI, F. ; ALMEIDA, P. R. ; GOUVEA, R. ; SANTOS, T. B. S. ; MACHADO, L. A. ; PASSANEZI, P. M. S. ; RUDZIT, G. ; SCHECHNER, T. ; MELLO JUNIOR, J. G. S. ; SEGATTA, A. H. ; RACY, J. C. . **Das vantagens comparativas à construção das vantagens competitivas**: uma resenha das teorias que explicam o comércio internacional. *Revista de Economia & Relações Internacionais - FAAP*, São Paulo, p. 5 - 20, 01 jul. 2004.

CASSANO, F. A. **A teoria e o comércio internacional**. In: “Da Exportação Agrícola à Exportação de Industrializados – Mudanças na Estrutura das Exportações Brasileiras no Período de 1971-82”, 2001.

CARVALHO, D. F.; CARVALHO, A. C. **Desindustrialização e reprimarização da economia brasileira contemporânea num contexto de crise financeira global**: conceitos e evidências. *Revista Economia Ensaios*, Uberlândia, n. 26, p. 35-64,

CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília , v. 45, n. 1, p. 5-35, June 2002 .

CUNHA, André Moreira; LÉLIS, Marcos Tadeu Caputi; SANTOS, Clara do Carmo Rios dos; PRATES, Daniela Magalhães. A intensidade das exportações brasileiras no ciclo recente de alta nos preços das commodities. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 57-70, 2012.

DELGADO, Guilherme Costa. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em Debate**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 111-125, jan./abr. e maio/ago. 2010.

GONÇALVES, José Sidnei. Reprimarização ou desindustrialização da economia brasileira: uma leitura a partir das exportações para o período 1997-2010. **Análises e Indicadores do**

Agronegócio, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 1-7, dez. 2011.

INDEXMUNDI. Statistics database. **Time Series on international trade**. 2019

IPEADATA. Base de Dados do Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada (IPEA). **Estatísticas macroeconômicas**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?192810671>>.

KENEN, Peter. B. **Economia internacional Teoria e Política**. 8. ed. São Paulo: Campus, 1998.

Lall, S. (2000). **The Technological Structure and Performance of Developing Country Manufactured Exports, 1985 – 1998**. Working paper number 44. QEH Working Paper Series.

MAIA, J. M. **Economia internacional e comércio exterior**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MEYER, Tiago Rinaldi; PAULA, Luiz Fernando de. Taxa de cambio, exportações e balança comercial no Brasil: uma análise do período 1999-2006. **Análise Econômica**. Porto Alegre, v. 27, n.51, p. 187-2019, mar. 2009.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS – MDIC. Estatísticas de Comércio Exterior. Dados. **Séries Históricas**. Brasília: MDIC, 2019.

NASSIF, André. Há evidências de desindustrialização no Brasil?. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 28, n. 1 (109), p. 72-96, jan./mar. 2008.

OMC – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Statistics database**. Disponível em: <<http://stat.wto.org>>.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia**. São Paulo: Atlas, 1994.

SILVA, José Aldeir. A questão da desindustrialização no Brasil. **Economia & Tecnologia**, Curitiba, v. 10, n. 1, p. 45-75, jan/mar. 2014

SOARES, C. C. **Introdução ao comércio exterior**: fundamentos teóricos do comércio internacional. São Paulo: Saraiva, 2004.

UN COMTRADE. International Trade Statistics Database. **Download trade data**. New York: UN COMTRADE, 2017. Disponível em: <<https://comtrade.un.org/data>>. Acesso em: 02 out. 2017.

VERÍSSIMO, Michele Polline; XAVIER, Clésio Lourenço. Taxa de câmbio, exportações e crescimento: uma investigação sobre a hipótese de doença holandesa no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 33, n. 1 (130), p. 82-101, jan./mar. 2013.

WORLD TRADE ORGANIZATION – WTO. Statistics database. **Time Series on international trade**. Genève: WTO, 2019.